



Analistas políticos afirmam que candidatos ao Buriti entregaram propostas durante o debate do **Correio**, mas não disseram como irão viabilizá-las financeiramente. Especialistas apontaram quais temas essenciais ficaram de fora dos embates

Chance para atrair indecisos

» ANA CAROLINA ALVES
» IAGO MAC CORD

A dinâmica do debate eleitoral promovido pelo **Correio** em parceria com a TV Brasília criou o que analistas classificaram como um “equilíbrio tenso”, no qual propostas pragmáticas dividiram o palco com rivalidades históricas e ataques severos entre os concorrentes. Os seis principais postulantes ao Palácio do Buriti participaram do encontro: Celina Leão (PP), José Roberto Arruda (PSD), Leandro Grass (PT), Ricardo Cappelli (PSB), Paula Belmonte (PSDB) e Kiko Caputo (Novo), mediados pelos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza.

Dividido em quatro blocos, o programa colocou os candidatos sob pressão ao vivo, sem a proteção de marqueteiros ou edições de estúdio. O cientista político Robson Carvalho, professor da Universidade de Brasília (UnB), destaca que os postulantes de oposição souberam aproveitar melhor a dinâmica para desgastar a imagem da gestão atual, enquanto o governo acabou forçado a adotar uma postura defensiva perante o eleitorado diante dos episódios recentes de repercussão pública na capital federal.

“Em geral, os principais candidatos opositores se destacaram, especialmente (Leandro) Grass e (Ricardo) Capelli, até porque a atual governadora encontra-se em uma situação menos confortável por ter que se justificar e apontar versões

em relação a problemas e malfeitos, como no caso da fraude do BRB e Banco Master. A defesa de Celina é no sentido de corrigir e enfrentar problemas que não teria sido ela quem os criou, porém, ela tocou o governo a quatro mãos com o seu ex-titular Ibaneis (Rocha). Figurou assim como alvo dos principais adversários”, analisou Carvalho.

A disputa também funcionou como um espaço decisivo para a construção de narrativas políticas voltadas para mobilizar quem ainda não bateu o martelo. Doutor em direito constitucional e pró-reitor da Estácio Brasília, Murilo Borsio Bataglia ressaltou que o verdadeiro impacto desse tipo de confronto ocorre no momento em que a crítica atinge os problemas reais do cotidiano do cidadão. “Quando uma crítica é associada a uma questão concreta, como fila na saúde, transporte ou segurança, ela pode alterar a percepção de um eleitor que ainda está comparando alternativas”, explicou Bataglia.

Por outro lado, o potencial para virar votos de forma imediata divide opiniões. Sob a ótica do especialista em gestão Lindomar Miranda, coordenador de administração da Estácio Brasília, o tom beligerante adotado nos blocos de confronto direto tem um alcance limitado no eleitorado flutuante.

“Os embates de natureza pessoal e histórica tendem a reforçar posições já cristalizadas: quem já gosta de um ou outro sai do debate mais convicto, quem não gosta,

Marcelo Ferreira CB/DA Press



Os candidatos Celina Leão (PP), Leandro Grass (PT), Paula Belmonte (PSDB), Kiko Caputo (Novo), José Roberto Arruda (PSD) e Ricardo Cappelli (PSB)

também. Esse tipo de troca raramente converte voto, ela mobiliza a base e aumenta a rejeição cruzada”, afirmou Miranda.

Temas sociais

Os temas sociais dominaram os anúncios das plataformas de governo ao longo da transmissão. Na saúde pública — setor pressionado por uma fila de 31 mil cirurgias e mais de 1 milhão de exames represados —, foram prometidas a contratação imediata de 5 mil médicos e 2 mil enfermeiros, e a construção de quatro novos hospitais e sete UPAs.

Na segurança pública, as propostas focaram a contratação urgente de mais de 7 mil policiais militares para recompor o efetivo. Já na mobilidade urbana, os discursos abordaram a aplicação de tarifa zero no transporte coletivo e a expansão do metrô para Samambaia, Ceilândia, Sol Nascente e Pôr do Sol. Na educação, prometeu-se a construção de

mais de 100 novas creches para suprir o déficit de vagas.

Paralelamente às promessas sociais, as suspeitas em torno da situação financeira do Banco de Brasília (BRB) e as transações com o Banco Master emergiram como o ponto de maior desgaste político para o Palácio do Buriti. Para conter a ofensiva das oposições, candidatos apresentaram propostas técnicas, como o fechamento de 19 agências fora do DF, o encerramento de patrocínios milionários e a criação de um gabinete específico de combate à corrupção.

Ao avaliar a gravidade do tema para as contas públicas e para o futuro dos investimentos na capital, Robson Carvalho apontou a cobrança por transparência no setor bancário como o momento mais decisivo da noite. “O momento mais importante do debate diz respeito ao que todo cidadão do DF espera descobrir e passa pela palavra transparência: qual o real balanço do BRB?

Quanto no total realmente foi desviado para compra de títulos podres do Banco Master? Até agora estamos em 16 bilhões de reais. Este é um valor que impacta em todas as áreas discutidas.”

Orçamento

A despeito das propostas apresentadas ao longo da transmissão, a viabilidade orçamentária não foi demonstrada pelas candidaturas. Lindomar Miranda resume o saldo do encontro pontuando que o evento cumpriu bem o papel de expor diretrizes, mas não foi possível saber a engenharia orçamentária que sustentaria tais projetos. Segundo ele, “houve proposta concreta em volume de anúncio”, mas “rasa em estruturação orçamentária”. Ele avalia que o debate entregou “o quê” com mais clareza do que o “como se paga”.

Murilo Bataglia complementa que o eleitor precisará cobrar o detalhamento técnico das promessas

nos próximos fóruns da disputa eleitoral antes de tomar sua decisão. “O ponto que ainda precisa ser aprofundado pelos candidatos é como essas propostas serão implementadas: quanto custarão, de onde virão os recursos, qual será a capacidade administrativa necessária, quais serão as metas e como os resultados serão avaliados”, salientou o jurista.

Além do gargalo orçamentário, os analistas chamaram a atenção para omissões graves de temas vitais para a população ao longo das duas horas de programa. Tópicos cruciais, como geração de empregos, desenvolvimento econômico fora do setor público, mudanças climáticas e a integração com o Entorno ficaram de fora dos embates, assim como a questão habitacional.

“O que ficou de fora, e chama atenção pela ausência, é habitação e regularização fundiária, tema estrutural para boa parte das regiões administrativas e que não apareceu uma vez sequer”, concluiu Miranda.

»Entrevista | ANNE CABRAL | ADVOGADA ELEITORAL

“Essencial para o exercício democrático”

» MANUELA SÁ*

A advogada eleitoral, professora e palestrante Anne Cabral avaliou que o debate do **Correio** com candidatos ao Palácio do Buriti foi saudável e que foram discutidos temas relevantes para a população do DF. Ontem, em

entrevista ao CB.Poder — parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília — a especialista, que participou da comissão julgadora, falou sobre a importância desses eventos e sobre a dificuldade em estabelecer diálogos na internet. Ela disse que a rádio e a imprensa tradicional, em tempos de rede social e

polarização, ainda ocupam papel central como fonte de informação e para ampliar discussões. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, a convidada também comentou o direito de resposta concedido a Ricardo Capelli (PSB). Confira, a seguir, os principais pontos.

Qual balanço a senhora faz do comportamento dos candidatos no debate? Qual a importância de ter eventos como esse?

Avalio que o debate foi um sucesso porque foi possível ver as linhas de argumentação. Foram feitas críticas razoáveis. Vimos que Celina Leão (PP), candidata à reeleição, foi questionada por um conjunto de outros candidatos, o que é natural, já que ela está no poder. Os participantes puderam falar, e as regras estavam bem expostas. Esses debates são fundamentais para o exercício democrático. A gente vê que o percentual da população que é indecisa e que deixa para decidir o voto depois do começo do processo eleitoral é muito grande. Há uma gama de candidatos. Então, o evento ajuda o eleitor indeciso a formar sua opinião. Além disso, foi um debate muito saudável. Só teve um requerimento de direito de resposta, que foi concedido.

Hoje, a campanha eleitoral ocorre muito nas redes sociais. Considera que está havendo um desvirtuamento do debate,



A imprensa é fundamental, porque traz uma visão do todo, junto com o horário eleitoral gratuito. Ela tem o papel essencial de pautar os grandes temas”

com discussões que desviam de problemas reais?

Acredito que sim. Na internet, todos nós, que somos eleitores, vamos para a arena. Você vai afunilando muitos vieses de opinião pública, e os algoritmos de redes sociais estimulam isso. Em um viés religioso, por exemplo, você vai discutir só questões comportamentais religiosas. Mas

isso não é responsabilidade somente dos candidatos. Trata-se de uma mudança de paradigma na forma como a sociedade está se comunicando, que vai impondo esse nível de afunilamento e, então, as pessoas só escutam aquilo da sua bolha e vão se tornando mais intolerantes. Acha que só existe aquilo que ela enxerga dentro do micro-universo em que ela vive.

Como o eleitor pode sair dessa bolha para se informar?

Ainda acredito no horário eleitoral gratuito e no poder da radio-difusão normal para além da internet. Se a gente for pensar, oito anos atrás, era muito mais central o tempo de TV dos candidatos. Ele era muito mais disputado. Isso está relacionado ao papel da internet nas eleições e na comunicação. Estou falando de um país com cinco mil municípios. As pessoas escutam rádio.

O horário eleitoral não é muito plastificado?

É verdade. A imprensa é fundamental, porque traz uma visão do

Carlos Vieira/CB/DA Press



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

urbana. A governadora chegou a chamar Capelli de “bobo da corte do 8 de Janeiro”, o que rendeu ao candidato um direito de resposta. Qual avaliação a senhora faz desse momento?

A gente entendeu por consenso que era, sim, cabível o direito de resposta. A questão de fundo foi que ela extrapolou o limite da crítica, que é permitida, e partiu para a ofensa pessoal ao falar em “bobo da corte”. O direito de resposta é um direito constitucional e, obviamente, para as eleições, ele tem um rito diferente, porque ele precisa ser rápido. Tanto é que, nas regras do debate, só tínhamos três minutos para decidir. Esse tipo de ofensa vai para a esfera pessoal, que pode trazer algum prejuízo à candidatura. Então, é justo que a pessoa tenha tempo para se pronunciar.

Como a população pode se proteger de informações falsas,

tendo em vista que, às vezes, é difícil essas situações chegarem à Justiça Eleitoral?

Preciso reconhecer que a Justiça Eleitoral tem cumprido um brilhante papel no combate à desinformação e à fake news. Ela firmou acordos de cooperação com as plataformas. Há também a resolução que traz uma corresponsabilização das plataformas que não retirarem os posts a tempo. Comparada à eleição passada, a resposta das plataformas em relação à retirada de publicações ofensivas está muito mais célebre. Ainda há, entretanto, um caminho longo a percorrer. A questão da desinformação é um problema da atualidade, não só das eleições. Precisamos convencer a população de que é preciso checar o que recebe.

***Estagiária sob a supervisão de Tharsila Prates**